

As perspectivas para o ...

por Pedro Cafardo
(Continuação da 1ª página)

marcos alemães e de ienes para comprar dólares; isso fez com que o dólar se valorizasse, o que, para os Estados Unidos, acabou sendo muito ruim, porque os Estados Unidos perderam competitividade nas suas exportações; exportando menos, mais indústrias norte-americanas entraram em dificuldade e a taxa de desemprego chegou a 9,9%, nível recorde desde a Grande Depressão da década de 30."

Os problemas dos Estados Unidos, em grande parte gerados pelo dogmatismo, segundo Simonsen, atingiram os países europeus, que enfrentaram desvalorizações de suas moedas, aumento de preços internos e trataram de tomar, também, medidas recessivas. Para o Brasil, o primeiro fator de transmissão foi a alta dos juros internos para níveis que "não têm precedente em nossa história, que inibem os investimentos e inibem a produção", segundo Simonsen. Além disso, direta e indiretamente, o Brasil teve sua balança comercial bastante atingida pela crise, devido à queda das exportações.

O melhor ajustamento das políticas fiscal e monetária dos Estados Unidos, portanto, como lembrou o professor Luis Gonzaga de Mello Belluzzo, faria com que a crise fosse menos dramática, sobretudo para os países em desenvolvimento. Belluzzo, porém, é pessimista quanto à possibilidade de se encontrar uma saída para a crise a curto prazo. "Isso implicaria profundas modificações estruturais para, por exemplo, se encontrar mecanismos que reestimulem efetivamente os investimentos privados", diz o economista.

"Olhando o horizonte, a partir deste momento, eu diria que a solução ainda é distante", acrescenta Belluzzo. O professor da Unicamp lembra o grande desentendimento entre os países industrializados a respeito da idéia de reforçar os controles internacionais através do Fundo Monetário. Ele assistiu a reunião do FMI de 1979 e relata, por exemplo, a grande oposição entre os pontos de vista dos europeus e dos norte-americanos sobre o assunto.

As divergências entre os blocos de países industrializados, na verdade, segundo Belluzzo, tem fundamental importância para a questão do ajuste da economia mundial. Em sua opinião, com o que concorda Simonsen, a economia mundial somente poderia sair efetivamente da atual crise através de uma reforma monetária ampla.

Há necessidade de coordenação entre os industrializados através do FMI

Mário Simonsen sugere mais especificamente a maneira pela qual se poderia dar essa reforma monetária: ou através de uma coordenação das políticas econômicas dos vários países industrializados — basicamente os Estados Unidos, os países europeus e o Japão — ou através da transformação efetiva dos Direitos Especiais de Saque (DES) em moeda internacional, emitida pelo Fundo Monetário Internacional, no espírito da reforma de 1967.

Nenhuma das duas coisas, entretanto, estaria para ocorrer. Para Simonsen, a objeção mais profunda ao fortalecimento dos DES viria dos Estados Unidos, porque têm uma posição muito confortável em matéria de balanço de pagamentos: são o único país que pode pagar dívida externa emitindo sua própria moeda. A emissão de uma moeda mundial, portanto, não interessa aos Estados Unidos, porque esse país perderia sua cômoda posição.

Também a coordenação das políticas dos "vários sócios do sistema monetário", na expressão de Belluzzo, encontra dificuldades. As divergências claramente manifestadas na reunião do FMI, em 1979, lembra Belluzzo, culminaram com a escalada

das taxas de juros, porque os Estados Unidos resolveram, unilateralmente, adotar uma política voltada para o ambiente interno da inflação.

Essas dificuldades, porém, concordam os dois economistas, não significam que inexistam soluções técnicas para a crise econômica mundial. "Elas existem", sustenta Belluzzo, mas estão na dependência de decisões políticas muito complicadas, porque envolvem a definição de nova coordenação de poder no âmbito mundial. A definição, de fato, diz Simonsen, implicará em perdas para uns países e em ganhos para outros. Os Estados Unidos, por exemplo, perderão no caso da emissão de uma moeda mundial.

Diante da situação de instabilidade na economia internacional, o Brasil foi bastante afetado, o que, segundo Belluzzo, poderia ter sido amenizado se os formuladores da política econômica brasileira tivessem percebido mais rapidamente a extensão da crise. A saída da crise na área interna, acrescenta Belluzzo, é impossível sem que se permita aos vários grupos sociais envolvidos "nesse conflito colocar suas demandas. "Foi possível a muitas sociedades regulares sair da crise — e eu mesmo mencionei o fato de o nazi-fascismo, que saiu eficientemente da crise, do ponto de vista econômico, mas a um custo social e moral insuportável. E nós já passamos por essa experiência. Por que repeti-las?"

Para Simonsen, o debate democrático nem sempre proporciona os melhores acertos em termos de política econômica, mas certamente evita os grandes erros. "Tivemos, em certas épocas da história, boas administrações econômicas em regimes totalitários. Mas tivemos também excelentes administrações em regimes democráticos. Tivemos ainda péssimas administrações em ambos os regimes. A relação entre a política econômica e a forma de regimes relação unívoca, uma relação que se veja com nitidez (...) Mas me parece importante que a democracia esteja sempre presente ao debate e esse debate, se às vezes obriga a certas soluções mais lentas, pelo menos tem uma grande vantagem: evita erros definitivos de rumo".